

TERMO DE REFERÊNCIA

1- Definição do objeto (art. 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/2021)

1.1. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços especializados de **arbitragem esportiva**, por meio de empresa com profissionais qualificados, para atuação nas modalidades de futebol de campo, futsal e basquete 3x3, destinados à realização de campeonatos e torneios promovidos no município de Piranguçu/MG, conforme especificações, condições e quantitativos previstos no Termo de Referência.

1.1.1 JUSTIFICATIVA

1.1.2. A realização de campeonatos e torneios esportivos no município de Piranguçu/MG, abrangendo as modalidades de futebol de campo, futsal e basquete 3x3, demanda a atuação de profissionais de arbitragem devidamente qualificados, a fim de garantir a condução adequada das partidas, o cumprimento das regras oficiais e a imparcialidade dos resultados.

1.1.3. A arbitragem esportiva é elemento essencial para assegurar a organização, disciplina e segurança das competições, contribuindo para a credibilidade dos eventos e para o desenvolvimento do esporte no município.

1.1.4. O Município não dispõe de quadro próprio de profissionais com capacitação técnica específica e experiência necessária para atuar na arbitragem das diferentes modalidades esportivas, o que inviabiliza a execução direta dos serviços pela Administração.

1.1.5. Dessa forma, a contratação de empresa ou profissionais especializados mostra-se indispensável para assegurar a qualidade técnica dos serviços, a correta aplicação das regras e a padronização da arbitragem durante as competições, restando plenamente justificada a necessidade da contratação para o atendimento regular da demanda.

1.1.6. A natureza do objeto consiste em serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, não se caracterizando, portanto, como bens ou serviços de luxo.

1.1.7. As especificações técnicas e os quantitativos estimados dos serviços a serem contratados encontram-se devidamente estabelecidos neste Termo de Referência, conforme a necessidade da Administração e a programação oficial das competições.

1.2. As especificações e quantitativos estão estabelecidos na tabela abaixo.

Item	Descrição detalhada	Quant.	Unidade
01	Prestação de Serviços de Arbitragem – Futebol de Campo Contratação de serviços de trio de arbitragem para a realização de Campeonato Amador Municipal e Regional de Futebol de Campo, bem como Campeonato de Futebol Veterano (acima de 40 anos) e Campeonato de Futebol de Base até 17 anos. O serviço deverá ser composto por 01 (um) árbitro central, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) mesário anotador, devidamente treinados e capacitados para atuação na modalidade de futebol de campo. Deverão estar inclusas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como transporte, alimentação, estadia, bem como quaisquer outros custos diretos e indiretos correlatos. As partidas serão realizadas no Estádio Municipal José Benedito de Paula, podendo, eventualmente, ocorrer em campos localizados nos bairros Antunes, Centro e Piranga. A programação dos jogos poderá ocorrer nos períodos matutino, vespertino ou noturno, podendo ainda abranger todo o dia, com realização em qualquer dia da semana, conforme cronograma definido pela comissão organizadora. A empresa contratada deverá encaminhar à comissão organizadora, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da realização da partida, a escala de arbitragem designada para cada jogo. O trio de arbitragem deverá ser integralmente substituído a cada partida, independentemente da realização de jogos no mesmo dia ou em sequência. A equipe de arbitragem deverá comparecer ao local da partida com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário previsto para o início, portando todos os materiais necessários para a condução do jogo, incluindo, no mínimo: apito, cartões, moeda, lápis ou caneta para anotações, cronômetro, bandeirinhas, rádio comunicador e uniforme adequado, com pelo menos três opções de cores distintas.	100	JOGO
02	Prestação de Serviços de Arbitragem – Futsal Contratação de serviços especializados de arbitragem na modalidade futsal, com dupla de arbitragem, incluindo auxiliar/mesário anotador, para a realização campeonato municipal e regional na modalidade futsal.	40	JOGO

	A equipe de arbitragem deverá ser devidamente treinada e capacitada para atuação na modalidade. Deverão estar inclusas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como transporte, alimentação, estadia, bem como quaisquer outros custos diretos e indiretos correlatos. As partidas serão realizadas na Quadra Joaquim Inácio Filho, localizada no Bairro dos Melos, e na Quadra Poliesportiva Municipal, ocorrendo às segundas, quartas e sextas-feiras, no período noturno, com previsão de jogos no período noturno e aos sábados no período matutino e vespertino. A dupla de arbitragem deverá ser integralmente substituída a cada partida, independentemente da realização de jogos no mesmo dia. A equipe de arbitragem deverá comparecer ao local da partida com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário previsto para o início, portando todos os materiais necessários para a condução do jogo, incluindo, no mínimo: apito, cartões, moeda, cronômetro e uniforme adequado, com pelo menos três opções de cores distintas.		
03	Prestação de Serviços de Arbitragem – Basquete 3x3 Contratação de serviços especializados de arbitragem para a realização do Campeonato de Basquete 3x3. As partidas serão realizadas na Quadra Poliesportiva Municipal de Piranguçu, podendo o evento ser organizado em até 02 (dois) dias ou em 02 (dois) finais de semana, conforme definição da comissão organizadora. As equipes participantes serão distribuídas em grupos, conforme regulamento da competição. A equipe de arbitragem deverá ser devidamente treinada e capacitada para atuação na modalidade, devendo comparecer ao local das partidas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário previsto, portando todos os materiais necessários para a condução dos jogos. Deverão estar inclusas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como transporte, alimentação, estadia, bem como quaisquer outros custos diretos e indiretos correlatos.	30	JOGO

1.3. O quantitativo mencionado é estimado com base no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo para a assinatura do instrumento do contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a respectiva formalização.

1.5. O prazo do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, prazo suficiente para execução do objeto e cumprimento de todas as obrigações, podendo ser prorrogado, alterado ou rescindido conforme as disposições contidas na Lei Federal nº14. 133/2021.

2. Da fundamentação da contratação (Art. 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/21)

2.1. A presente contratação fundamenta-se nos estudos técnicos preliminares, a ser realizada sob a égide da Lei Federal 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como regulamentação municipal.

3. Da descrição da solução como um todo e da execução contratual (Art. 6º, XXIII, “c” e “e” da Lei 14.133/21)

3.1.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa ou profissionais especializados em arbitragem esportiva, responsáveis pela execução dos serviços de arbitragem nas competições promovidas pelo Município de Piranguçu/MG, abrangendo as modalidades de futebol de campo, futsal e basquete 3x3.

3.1.2. A prestação dos serviços será realizada nos locais definidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, incluindo o Estádio Municipal José Benedito de Paula, Quadra Poliesportiva Municipal, Quadra Joaquim Inácio Filho (Bairro dos Melos), Campo Rural do Bairro Antunes e Campo Rural do Bairro Piranga, em dias e horários a serem estabelecidos conforme a programação oficial das competições.

3.1.3. O tempo de atuação da equipe de arbitragem compreenderá todo o período necessário para a realização das partidas, incluindo a chegada com antecedência mínima de 01 (uma) hora antes do início do jogo, condução integral da partida, eventuais acréscimos e finalização dos trabalhos administrativos, como preenchimento de súmula e registros pertinentes.

3.1.4. A solução contempla, de forma integrada, a designação de equipes completas de arbitragem, conforme a modalidade esportiva, garantindo a correta aplicação das regras oficiais, a imparcialidade na condução das partidas, o controle disciplinar e a organização dos jogos.

3.1.5. Inclui-se, ainda, a responsabilidade pela disponibilização de todos os materiais necessários à execução dos serviços, tais como apito, cartões, cronômetro, bandeirinhas, uniforme adequado (com no mínimo três opções de cores), bem como a organização das escalas de arbitragem e substituição das equipes entre as partidas, conforme exigido.

3.1.6. A contratação de solução única e integrada permite a padronização da qualidade dos serviços de arbitragem, maior eficiência operacional, redução de riscos durante as competições e melhor custo-benefício para a Administração, atendendo ao interesse público e aos objetivos de promoção e fortalecimento do esporte no município.

3.2. Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

3.3. O prazo para o início do serviço será dia 23 de agosto de 2026 após emissão da Autorização de Fornecimento “A.F.”, emitida pela Administração.

3.4. A contratada deverá arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços e todos os tributos incidentes.

3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.7. Eventual recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. Requisitos da contratação (Art. 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/21)

4.1. Dos requisitos de habilitação

4.1.1. Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede,

conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 e alterações da Instrução Normativa DREI /ME n.º 88, de 23 de dezembro de 2022.

e) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

4.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

4.3. Da Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** e a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (DAU), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Pedido de **Concordata ou de Falência**, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

4.5. A microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou MEI – Microempreendedor Individual, deverá apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de localização da empresa (ME - EPP), expedida até 90 dias antes da data de abertura da proposta, obrigatória para empresas que forem fazer uso do privilégio contido na Lei Complementar 123/2006.

4.6. A não entrega da declaração prevista no item anterior, indicará que a licitante se optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006.

4.7. Da qualificação técnica

4.7.1. O licitante deverá comprovar aptidão técnica para a prestação dos serviços mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de arbitragem esportiva, compatíveis com o objeto da contratação, abrangendo, preferencialmente, as modalidades de futebol de campo, futsal e/ou basquete.

4.7.2. A comprovação deverá demonstrar experiência na condução de partidas e competições esportivas, evidenciando a atuação de equipes de arbitragem qualificadas, com aplicação das regras oficiais, controle disciplinar e organização dos jogos.

4.8. O licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quanto julgar necessários, para comprovar que já desempenhou objeto semelhante ao deste instrumento.

4.9. Os atestados deverão conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços, o período de execução e a discriminação dos serviços realizados.

4.10. O Município poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeito à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.11. Para fins de assinatura do contrato:

4.11.1. Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestados ou declarações que comprovem experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem esportiva, em modalidades

como futebol de campo, futsal e/ou basquete, com características compatíveis ao objeto da contratação.

4.11.2. Apresentação da relação da equipe de arbitragem a ser disponibilizada, contendo a identificação dos profissionais e suas respectivas funções (árbitros centrais, assistentes e mesários/anotadores), assegurando a execução organizada, eficiente e com qualidade técnica, conforme a demanda das competições.

4.11.3. Apresentação de planejamento operacional dos serviços, contemplando, no mínimo, a organização das escalas de arbitragem, logística de deslocamento das equipes, cumprimento dos horários e locais das partidas, bem como eventuais substituições e contingências, em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

4.12. Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

a) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;

b) Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

c) Declaração que está ciente de todos os termos do aviso de contratação direta, bem como do Termo de Referência, e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

d) Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

e) Declaração que o licitante atende os requisitos de habilitação exigidos, se responsabilizando pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, se aplicável.

g) Declaração de que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

h) Declaração, para os devidos fins legais e sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, de estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº

123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

4.13. Poderá ser apresentada declaração conjunta/única, desde que contenha todos os termos das declarações exigidas.

4.14. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços;

5. Das infrações e sanções administrativas

5.1. Será responsabilizado o licitante ou contratado que incorrer em alguma das infrações previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no referido artigo as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

5.3. A multa será aplicada nas seguintes proporções:

5.3.1. Moratória de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

5.3.2. Moratória de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

5.3.3. O atraso superior a 60 dias, além do prazo de execução autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

5.3.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

5.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.5. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.9. Da extinção contratual

5.9.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório a ampla defesa.

5.9.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

5.9.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica compromitente deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

5.9.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.5.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021).

6. Modelo de gestão do contrato (Art. 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/21)

6.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.7. A fiscalização ficará a cargo do servidor Anizio Luiz da Silva

6.2. Do Gestor do Contrato

6.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.2. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para fins de formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.2.3. O gestor do contrato será o Sr. Adriano da Silva.

7. Critérios de pagamento (Art. 6º, XXIII, “g” da Lei 14.133/21)

7.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

7.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor (Art. 6º, XXIII, “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1. A contratação se dará por meio de **REGISTRO DE PREÇO**.

8.2. Critério de julgamento será o preço médio.

9. Estimativa do valor da contratação (Art. 6º, XXIII, “i”, da Lei 14.133/2021)

9.1. O valor obtido na fase de cotação, será referência para o recebimento de propostas adicionais, está estabelecido na tabela constante no item 1.2 deste Termo de Referência.

9.2. O preço proposto é fixo e irrevogável, ficando por conta do fornecedor todos os impostos, taxas, com riscos e demais encargos que incidam sobre os mesmos, assim como os custos para a transporte, estadia, passagem e alimentação dos funcionários encarregados desta, quando houver.

9.2.1. Os preços serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

9.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido desde que observadas as exigências legais

10. Adequação orçamentária (Art. 6º, XXIII, “j”, da Lei 14.133/2021)

11. **DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES:**

12. **Unidade Gestora:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE LAZER E

TURISMO

13. Unidade Orçamentária: 02.05.05.27.812.0011.2043 – Gestão e Apoio ao Desenvolvimento Esportivo Municipal

14. Ficha: 181

15. Func. Programática: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiro – Pessoa Juridica

16. Fote de recurso: 1.500.000.0000

11. Do Princípio da Vinculação

11.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Documento de Formalização da demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar, à Proposta de Preços, bem como ao Contrato Administrativo ou outro documento que o substitua.

Piranguçu, 09 de junho de 2026.

Adriano da Silva
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo